

## O QUE A BNCC DIZ NÃO SE ESCREVE!

### Escrita espontânea x Escrita forçada

Maria Angélica de Sousa Costa Prudêncio <sup>1</sup>

Orientadora: Professora Tânia Serra Azul <sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho é fruto da observação e análise das contradições percebidas nas práticas pedagógicas em turmas do Infantil V em duas escolas particulares. O estudo da BNCC- Base Nacional Comum Curricular (2016), especificamente no grupo de faixa etária pré-escolar, servirá de referência para elucidação da problemática levantada. Portanto, o trabalho reúne os aspectos relevantes construídos a partir do diálogo entre leitura e vivências. Este artigo tem por objetivo chamar atenção para algumas rotinas em sala de aula no que se refere à alfabetização de crianças na faixa etária de cinco anos apontando elementos que vão de encontro aos que é proposto na BNCC, tendo como foco a escrita, que não acontece de forma espontânea como é defendida na BNCC.

**Palavras-Chave:** BNCC. Escrita espontânea. Alfabetização.

#### INTRODUÇÃO

A BNCC, enquanto documento norteador das ações pedagógicas, traz como eixos estruturantes da Educação Infantil as interações e as brincadeiras, organizando o currículo em cinco campos de experiências que definem os objetivos específicos de cada um. Os conteúdos propostos em cada campo devem ser atrelados às experiências concretas e culturais dos educandos, de forma que os conhecimentos prévios indicam o ponto de partida para o diálogo que norteará as práticas didáticas pedagógicas.

Os campos de experiências da BNCC se dividem em: O eu, o outro e o nós, que foca nas relações sociais da criança; Corpo, gestos e movimentos, que compreende o lúdico e reconhecimento de espaços físicos como campos de saberes; Traços, sons, cores e formas, que traz as manifestações artísticas a fim de desenvolver a sensibilidade e a criatividade, além da apreciação de culturas artísticas; Espaços, tempos, quantidades, que propõe o conhecimento do mundo físico e de si como ser histórico e cultural. E o campo da Oralidade e escrita, campo que relaciona a expressão oral à introdução dos processos de escrita, além de propor o reconhecimento e diferenciações entre de gêneros textuais e o uso destes em contextos diferentes, é o que norteará as discussões deste estudo, uma vez que o que se pretende abordar são as práticas de alfabetização enquanto processo de leitura e escrita.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso da Universidade Estadual do Ceará - UECE, angelicasprudencio@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora: Dra. Tânia Serra Azul, Universidade Estadual do Ceará- UECE, taniamb@hotmail.com

A proposta deste estudo consiste em expor o resultado da observação em três salas de aula de Infantil V, no período de 6 meses, a fim de verificar a atuação didática das docentes regentes no que diz respeito ao campo de experiência da BNCC, Oralidade e Escrita. Averiguamos que nas três salas observadas, as professoras possuem formação superior em pedagogia e possuem mais de dez anos de experiência na faixa etária de cinco anos. A estrutura das salas é semelhante, são ambiente arejados, possuem o alfabeto fixados nas paredes, contam com o cantinho da leitura com livros de literatura de fácil acesso para as crianças e os livros didáticos são atualizados de acordo com a BNCC. Além desses pontos em comum, a atuação das professoras é similar no aspecto das práticas alfabetizadoras.

No campo de experiências, “oralidade e escrita” na faixa etária de cinco anos, Infantil V, nas habilidades que tratam da escrita, observamos que se propõe a “escrita espontânea”, sob os códigos: EI030E01 e EIO3OE06. No primeiro, o objetivo é “Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.” (BRASIL, 2016, p.45). E no segundo “Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.” (idem, p.46). Entende-se como escrita espontânea aquela em que a criança escreve da forma que sabe, sem a necessidade das regras formais, uma vez que estas só devem ser inseridas a partir do Ensino Fundamental, no 1º ano, chamado antigamente de alfabetização.

Na prática, o que se percebeu nas salas de aula observadas é que a escrita espontânea, propostas nos campos de experiências citados acima, de fato não acontece. As docentes determinam o que as crianças devem escrever (ou desenhar) e o modo que estas deverão realizar tais ações. O convívio com o universo letrado no contexto escolar acontece diariamente, já que percebemos nas salas de aula momentos de leitura- contação de história-, além da permissão, em alguns momentos, o manuseio de livros.

No entanto, no dia a dia das crianças, a escrita e a leitura acontece de forma pré-determinada pelas professoras, que indicam os momentos em que é permitido o acesso a livros de histórias, revistas, jogos e brinquedos com palavras e letras e, nos momentos de escrita, há atividades de cópia de sílabas e palavras escolhidas pela regente da sala. O que ocorre é que durante o exercício de escrita, não há uma associação à leitura, a tarefa ocorre de forma mecânica. Em uma das atividades, por exemplo, a criança vê a imagem de uma bola e precisa reproduzir graficamente a palavra que representa o objeto, isso se dá de forma descontextualizada, a professora vai ditando as letras, já conhecidas pela maioria das crianças,

e vai silabando as palavras para que as professoras transcrevam.

Em outra atividade, solicita-se das crianças que reproduzam em forma de desenho o que acharam da história lida pela professora. O problema é que a professora já indica o que deve ser desenhado e, quando a criança entrega o desenho para a professora, é questionada com perguntas do tipo: “-Cadê o sol?” ou “-Esse personagem não tem dedos nas mãos?”, mandando a criança retornar ao desenho para completar os detalhes que a professora exigiu encontrar no desenho.

Acontece ainda, o treino ortográfico do nome, que se inicia no início do ano letivo, quando as crianças do Infantil V, na sua maioria, já chegam sabendo escrever seu prenome em letra bastão, isso porque, desde o infantil III, estas recebem as fichas para que possam reproduzi-los nas folhas pautadas. Assim, no primeiro semestre do Infantil V, logo nas primeiras aulas, os alunos recebem outras fichas, desta vez, com o nome completo, escrito em letra bastão e a cópia da ficha passa a ser exigida quase que diariamente a fim de treiná-las. O que ocorre, é que este treino se dá de forma intensa e descontextualizada, partindo-se das letras para as palavras sem associação aos saberes das crianças, o que torna este processo extremamente difícil e, possivelmente, traumático para algumas crianças, que choram e se comparam as demais que já conseguem escrever e sempre são elogiadas pela tia.

No segundo semestre, independente das dificuldades individuais e progresso das crianças, as professoras, novamente entregam uma ficha com o nome completo de cada uma, só que agora, com a letra cursiva e, a meta é que estas terminem o ano letivo com domínio da leitura e escrita tanto com a letra bastão como com a letra cursiva. Aquelas que apresentam maior dificuldade o treino passa a ser mais intenso e, em alguns casos, recorre-se ao auxílio de psicopedagogos e professores particulares em casa solicitados pela escola à família.

Além do treinamento com os nomes, outras atividades que forcem a leitura e a escrita fazem parte da rotina das crianças, seguindo o mesmo método das escolas tradicionais de anos atrás, no qual se apresenta o alfabeto, em seguida as famílias, depois as frases e por fim, os textos. Os discentes são obrigados a escreverem a letras do alfabeto e suas famílias além de palavras dissílabas mais comuns, como bola, bila, mato, dado, pato etc.

O que foi possível perceber é que na prática, o que é defendido na BNCC quanto à oralidade e escrita, ainda está longe de acontecer de fato. Um dos fatores que justifica essa problemática tem a ver com a formação e práticas engessadas por parte das professoras, além das exigências da própria gestão, que traça e cobra as metas de aprendizagem. Por outro lado, há ainda uma cobrança por parte da família, que demonstra grande ansiedade em relação à

leitura e escrita da criança, transferindo este sentimento, mesmo que de forma inconsciente, aos filhos.

## 2. METODOLOGIA

Como recurso metodológico para este trabalho buscou-se como aporte teórico a leitura BNCC, Base Nacional Comum Curricular (2016), no sentido de verificar, de forma breve, o campo que trata da leitura e escrita na Educação Infantil. Paralela ao estudo da BNCC, a observação e o diário de campo foram delineando o estudo.

As técnicas metodológicas que foram utilizadas para análise de conteúdos seguem as três fases indicadas por Godoy (1995): “[...] pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.” Posteriormente, selecionou-se os trechos da BNCC que dialogam acerca das questões levantadas, interpretando-as e relacionando-as. Em seguida, partiu-se para a elaboração concreta do trabalho, no qual elencou-se de forma contextualizada a reflexão dos achados de modo que foi possível traçar um retrato que possibilitou uma argumentação profunda acerca da problemática apresentada, isto é, as práticas pedagógicas para o ensino de leitura e escrita em turmas do infantil V.

## 3. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a BNCC (2016, p.33) é necessário assegurar no processo de aprendizagem

“[...] condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.”

Para construção de significado é preciso que a criança relacione o aprendizado às experiências de vida, pois dessa forma ela terá uma aprendizagem significativa. Contudo, é preciso compreender que cada uma possui um contexto social diferente, assim as relações entre conteúdos e experiências também serão diferentes, por esse motivo que algumas aprendem mais rápido que as outras. O importante é tornar as práticas pedagógicas inclusivas para que possa ser resguardada à criança o direito de aprender.

Nas salas de aula observadas, percebemos que a avaliação da aprendizagem de leitura e

escrita é realizada sob forma de atividades de sondagem que são aplicados individualmente com intervenção das professoras e auxiliares. O mesmo teste é aplicado para todas as crianças e, geralmente, possuem entre 3 e 5 questões, com imagens para interpretação, raciocínio lógico-matemático e leitura e escrita de palavras de no máximo três sílabas, conhecidas do vocabulário das crianças.

O resultado dos testes serve como referência para construção do relatório individual de cada criança, rotulando-as em alfabetizadas ou não, nos diferentes níveis: pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro e alfabético. O que foi percebido é que os relatórios realizados acerca da aprendizagem das crianças não valorizam a trajetória, somente o resultado final, o que cai em desacordo com a BNCC, uma vez que nela é defendida a “[...] observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo- suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagem.” (BNCC, 2016, p.35). Isso quer dizer que os resultados não devem ser utilizados para selecionar ou promover as crianças e sim para servir de referência para construção de novas práticas para garantir a equidade na aprendizagem. Dessa forma, se uma criança não está pronta para próxima fase, é necessário criar uma nova estratégia didática para que ela supere as dificuldades e possa avançar com os demais.

Quando uma criança possui vivência no universo letrado, isto é, convive com as práticas sociais da leitura e escrita, é provável que o processo de alfabetização se dê de uma forma mais rápida. Isso porque, a criança já compreende e reconhece alguns signos, regras de escrita, já associa o som (fonema) às letras (grafemas) e de forma geral, já possui consciência fonológica. Por outro lado, uma criança que possui pouco ou nenhum contexto letrado, encontrará dificuldades maiores para aquisição da linguagem escrita e nem mesmo os treinos diários de escrita do nome, palavras curtas ou sílabas terá sentido. É preciso, portanto, reflexão e novas metodologias para promover a superação das dificuldades dessa criança, faz-se necessário o estímulo à escuta e o despertar da literatura infantil como prática diária, compreendendo que neste período de apropriação da língua oral e escrita, a espontaneidade da língua escrita é valorizada como uma representação da língua oral, conforme a BNCC (2016, p.38)

[...] a presença da literatura infantil na Educação Infantil introduz a criança na escrita: além do desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo, a leitura de histórias, contos, fábulas, poemas e cordéis, entre outros, realizada pelo professor, o mediador entre os textos e as crianças, propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em

rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como representação da oralidade.

O que a BNCC defende é que o papel do educador vai além do treino da escrita para o processo de alfabetização da criança, uma vez que as práticas deste devem contemplar também o letramento. Assim como é defendido por Magda Soares (2004), o letramento é uma prática que faz parte do exercício da alfabetização. Dessa forma, a escrita espontânea é do mesmo modo um recurso que faz parte do percurso da escrita formal. Além disso, vale ressaltar que a alfabetização deve ser finalizada no 1º ano do Ensino Fundamental I e não no Infantil V, como vem acontecendo na prática na maioria das escolas.

Sendo assim, o treino exaustivo da escrita como prática no Infantil V trata-se de uma atividade que pode trazer um resultado oposto do esperado, já que as crianças que possuem alguma limitação podem criar resistência e até mesmo certos bloqueios, além de associar a sala de aula a algo ruim, por esse motivo deve-se levar em conta que “[...] há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser considerados na prática pedagógica.” (BNCC, 2016, p.39), sendo assim, a escrita espontânea deve ser estimulada, porque através dela a criança vai se expressar na escrita da maneira que sabe, para, em seguida, ir aos poucos desenvolvendo a escrita nos níveis previstos até a conclusão da alfabetização em sua totalidade.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A BNCC regulamenta e norteia as ações dos educadores formais nas instituições. Trata-se de um instrumento que compreende as necessidades e especificidades dos educandos por faixas etárias, considerando as diferentes culturas e contextos sociais. Com isso, muitas escolas atualizaram o material didático e estrutura física a fim de adequar-se ao que é proposto como prioridade para o desenvolvimento das crianças, que, conforme a BNCC, as interações e as brincadeiras são os eixos estruturantes das práticas pedagógicas.

As salas de aula visitadas contam com boa estrutura, contudo se faz necessário a mudança na forma de alfabetizar, já que se entende que na faixa etária de cinco anos as crianças devem se familiarizar com os diversos gêneros textuais, com o mundo das palavras e uso social de textos. A escrita deve vir depois da compreensão que esta é a reprodução da linguagem oral.

No entanto, o que se percebe é que cumprir o que é proposto na BNCC é ir além de

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

recursos materiais, isso porque se faz necessário a ação humana, isto é, as práticas dos educadores é que precisam ser modificadas a fim de promover a aprendizagem de forma adequada. De nada adianta ter espaço lúdico, brinquedos e livros para exploração e uso das crianças quando estas não podem acessá-los por estarem ocupadas em realizar tarefas e treinos alfabetizadores a fim de cumprirem metas e atingir resultados.

O que se percebeu na observação das práticas pedagógicas é que há uma grande ansiedade por parte das professoras e pais para a aquisição da leitura e escrita, com isso, ocorre uma aceleração de etapas que são fundamentais para uma aprendizagem significativa. Além disso, há um desgaste emocional em todos os envolvidos no processo, que pode trazer consequências negativas que poderão acompanhar os indivíduos durante toda sua trajetória escolar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da BNCC pode ser vista como importante ganho para educação infantil, já que em meio a tantas informações e avanços tecnológicos, as crianças têm perdido com o passar dos anos a espontaneidade e o brincar. E, compreendendo a escola como espaço de promoção da educação, é preciso que nela também aconteça a brincadeira, uma vez que a criança aprende enquanto brinca e brinca enquanto aprende. É no brincar que ela constrói relações sociais, interagindo com outras pessoas e objetos, além de explorar o mundo e construir novos conhecimentos.

O ato de ler e escrever faz parte do processo de desenvolvimento da linguagem da criança, este não deve ser um processo traumático e doloroso, ao contrário disso, deve ser prazeroso. Os estímulos à linguagem oral e escrita devem fazer parte do cotidiano da criança, para que ela encare como uma prática natural, por isso a defesa da escrita espontânea se faz de forma frequente na BNCC, por entender que se trata de uma prática que é necessária e antecede a escrita formal. Além disso, o Infantil V é a etapa de transição para o Ensino Fundamental I, e não é exigida nesta série a leitura e escrita como meta final e pré-requisito para etapa seguinte.

A formação de professores é fundamental para efetivar práticas didáticas que contribuam para o aprendizado das crianças de uma forma mais humana e menos mecânica. As avaliações não devem ser usadas em caráter punitivo ou premiativo, e sim como um recurso de compreensão das dificuldades dos alunos a fim de traçar ações de intervenções para superação destas.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 30.agosto.2019.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira da Educação. Nº 25, p. 5-17, 2004.